

O Desenvolvimento e a Retórica da Modernidade – Uma Visão Crítica das Opções Modernizantes no Ceará.

Resumo

O presente estudo descreve parte do processo de desenvolvimento baseado na ideia da modernização ocorrido no estado do Ceará nas últimas quatro décadas. O modelo foi concebido pela ótica da industrialização concentrada na medida do possível na região metropolitana de Fortaleza. Uma estratégia que teve por base a transmutação de características gerenciais que determinou a passagem dos coronéis sertanejos para outro tipo de coronelismo: os empresários. Este movimento se solidificou com o advento do famigerado governo das mudanças em meados da década de oitenta que adotava novas formas de direcionar as políticas públicas cearense optando por critérios empresariais alcançando todos os governos seguintes. A partir de um estudo de caso único, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental com vistas a responder ao problema de pesquisa cujo intuito consistia em compreender como ocorreu a política de modernização no Ceará nos últimos 50 anos. Para tanto, foram estabelecidos alguns objetivos dentre eles um geral que visa descrever o processo de desenvolvimento cearense baseada na opção política da modernidade. Entretanto, os resultados apontam para o flagrante desequilíbrio de características antagônicas como o planejamento de infra-estruturas complexas à redução do número de escolas públicas. Tal situação se agrava quando os esforços apontam para geração de pouco mais de 70 mil empregos a custos elevadíssimos, quase sempre priorizando a Região Metropolitana de Fortaleza provocando um letal direcionamento das políticas de incentivos a industrialização que não foi capaz de reduzir, mas ao contrário atenuou graves distorções sociais tendo números apontando para mais metade da população de eleitores possuírem baixo nível de escolaridade, redução da oferta do serviço de educação e conseqüentemente mais de 15% dos domicílios serem considerados pobres ou extremamente pobres, o que representa mais de 900 mil pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em contraste apenas 1,9% vivem em condições favoráveis. Mas ainda assim, mesmo a despeito dos seus efeitos colaterais serem grosseiros e danosos, a política modernizadora continua a ditar a pauta do dia, priorizando obras faraônicas em detrimento da sustentabilidade social

Palavras Chave: Desenvolvimento; Modernidade; Políticas Públicas, Economia, Ceará

Abstract

The present study describes a development process based on modernization experience of Ceara, a Brazilian northeast state, in the last four decades. The model was designed from the perspective of concentrated industrialization concentrated in Fortaleza metropolitan region. The strategy was based on changes of the managerial characteristics that turn farm-like colonels into urban businessmen colonels. determined the evolution the campestral colonels to other businessmen colonels. This movement was solidified with the advent of the infamous government of changes in the mid-eighties that adopted new government policies in Ceará, opting for business criteria that lasted for succeeding governments. This is a single case study, where a bibliographical and document methodology was carried out in order to answer the research question, whose intent is to understand the reasons behind modernization policies in Ceara in the last 50 years. For that, the main objective aimed to describe development process in the light of modernity policies. However, the results point to clear disequilibrium of antagonistic characteristics as the planning of complex infrastructure investments in

face of a reduction in the number of public schools. This situation is even worse when efforts towards job generation accounts to 70 thousand posts created at extremely high costs almost always at the Metropolitan region of Fortaleza (State Capital), provoking a wrong direction to industrialization incentives that was not capable of reducing, but rather attenuating social problems. Statistical numbers account to more than half of the voting population possessing low level of schooling, reduction of education services and consequently more than 15% of homes are considered to be poor or extremely poor. This represents 900 thousand people in situation of socio economic vulnerability. Only 1.9% of the population lives in favorable conditions. Moreover, in spite of its harmful effects, modernization politics continues its course, prioritizing mega investments in detriment of the social sustainability.

Keywords: Development, Modernity, Public Policy, Economics, Ceará

Introdução

A modernização ocorrida no Ceará se assemelha ao deus Janus, ele por não possuir orientação definida tanto olha para frente como para trás. Ambos possuem perspectiva que se aproxima de um impasse histórico conduzindo de forma espontânea a uma catástrofe social. Faz algum tempo que a sociedade contemporânea vem rediscutindo as bases da economia, principalmente quando esta encontra sua face mais dura, o mercado. A discussão precisa ser mais intensificada no tecido social, e se seus elementos (econômicos e políticos) não convergem, então é bastante possível que a sociedade se torne uma protagonista acorrentada com poucas possibilidades de romper seus grilhões. Há definitivamente uma dialética entre a economia e a política que não se sabe ao certo decifra-la, entretanto já existem elementos suficientes, inclusive alguns expostos neste trabalho para afirmar que o atual caminho não é o melhor. Assim, o centro do argumento nesta atividade visa reafirma que tanto a economia quanto a política precisam ser revisitadas e sendo remodeladas precisam pela própria necessidade resgatar o valor da vida humana. Nestes termos, o texto concorreu para realizar leitura do desenvolvimento de perfil modernizante no Estado do Ceará cruzando dados secundários e terciários a características políticas/econômicas com reflexos às questões situacionais. Para tanto se estabeleceu por problema identificar como ocorreu a política de modernização no Ceará nos últimos 50 anos. Para tanto, foram estabelecidos alguns objetivos dentre eles um geral que visa descrever o processo de desenvolvimento cearense baseada na opção política da modernidade.

Os resultados não são definitivos apesar de apontar para diversas convergências entre a opção política adotada e suas consequências. O estudo esta dividido em três partes; a primeira resgata a face industrial da proposta cearense e as principais

motivações e etapas políticas que favoreceram a implantação do modelo vigente. Esta discussão é seguida por uma análise dos dados relacionados à economia e a situação de pobreza encontrada no estado. A segunda etapa do texto preocupou-se em apresentar a metodologia utilizada pelos autores, fase que precedeu a leitura dos dados secundário e terciários dos principais setores do estado. As conclusões pareceu emotivas, mais são significativas, à medida que favorece a compreensão que houve erros políticos estratégicos provocando resultados econômicos distorcidos responsáveis em grande parte pela exposição da sociedade cearense a completas confusões conceituais entre crescimento e desenvolvimento, em particular, até a uma flagrante deteriorização sócio-econômica, no geral.

O trabalho conclui que o movimento foi motivado basicamente pela industrialização destinada a empresários atentos as condições hiper-vantajosas de mão-de-obra farta e barata, porém com baixa qualificação. Estes elementos somados a outros constitutivos como baixos salários e depreciação das relações trabalhistas, caracterizaram o processo modernizante cuja atenção foi maior a ações contra a sede e a fome.

1 A Escolha do Modelo Modernizante.

É comum na literatura sobre o desenvolvimento discussões que observa questões sociais e econômicas. O elo que liga estas duas dimensões básicas ocorre pela política. Estes tipos de questões para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2009) converge para a discussão da desigualdade regional que desde sempre estiola a sustentabilidade do processo político/econômico. Com isso foi possível conhecer as bases em que se viram processadas elementos importantes como a distribuição espacial da produção intensificada pela abertura econômica do início da década de 90.

Estas bases favoreceram a adoção de estratégias empresariais aliadas a governamentais, como a estabilização da moeda, que tornaram as organizações brasileiras mais competitivas do que cooperativas no novo cenário. Em outras palavras, parece que a modernização brasileira não encontrou agenda para a discussão das desigualdades. Sob certa medida, este contexto para muitos especialistas foi fator de explicação para as consequências dos fenômenos sociais, sobretudo quando se observa a sua forte inclinação para o mercado. Mas segundo o IPEA (2009) outros elementos para além da expectativa econômica e mercadológica merecem observações. Para o instituto,

o uso desordenado do solo, a precarização dos espaços sociais e a degradação ambiental são elementos importantes nas constituições de um patamar de vida insustentável. Capra (2011) lembra que de tão complexa e turbulenta, a economia escapa de análise convencional, com consequências graves que vão do aumento das desigualdades a exclusão social. Este mesmo argumento é exposto por Sen (2000) ao tratar das opressões extraordinárias que muitas vezes são consequências dentre outros fatores das ameaças cada vez graves ao meio ambiente e a sua sustentabilidade. Se as palavras de Sen são validas então o desenvolvimento deve ser visto muito mais como instrumento na eliminação das privações das liberdades de escolhas e oportunidades das pessoas exercerem suas condições de agentes, do que o contrário. Assim, instituições sociais – como o estado, por exemplo - podem e devem contribuir para a expansão das garantias reais que o cidadão precisa para viver melhor.

Após estas rápidas considerações sobre o desenvolvimento será explorado a seguir alguns elementos determinantes do processo ocorrido no Ceará e o grau de responsabilidade institucional do estado. Para discutir o contexto é oportuno lembrar Guerreiro Ramos (1966) quando afirma que não faz sentido debater o problema da modernização dos locais subdesenvolvidos, sem antes encarar a própria solução destes problemas. O autor continua afirmando que em todas as épocas o ser humano sempre apresentou seu desencanto pelas imperfeições efetivas do cotidiano social, fato que leva Holanda (2002) lembrar os costumes anárquicos sempre presentes seja na cumplicidade ou indolência das instituições e até nos costumes dos povos que em certa medida foram absorvidas no Ceará. Guerreira Ramos lembra ainda que em grande parte isso era representado nos povos tribais projeção da sociedade ideal a partir dos erros do passado e em função destes melhoravam suas relações. Entretanto, a sociedade moderna, como bem retrata o autor, buscava pautar suas ações exatamente ao contrário, ou seja, as orientações da sociedade ocidental passam *a priori* por uma idéia positiva de futuro.

A opção pela modernização a qualquer custo, provocou acentuada sensação de exclusão, sobretudo, no último quarto do século XX, com o agravamento de diversas crises econômicas associadas à crises políticas. Estas crises muitas vezes se utilizaram de remédios com fortes efeitos colaterais, como por exemplo, políticas macroeconômicas de corte neoliberal e a expansão da tecnologia concorrendo para um novo conceito “a nova exclusão social” deixando aspectos da exclusão tradicional como: baixa escolaridade, privação absoluta, diferenças raciais, para ser discutidos com menos força.

Tendo como fundo a realidade cearense, a modernização apresentou no dizer de Campos et al. (2004) um charme explicitado sobremaneira pela possibilidade da mobilidade social, permitindo uma espécie de anestesia ao violento crescimento das desigualdades de renda e a morbidez frente a velha exclusão social. Em maior grau estas situações respondiam a elementos econômicos nacionais como a renda *per capita* cuja evolução foi tão somente de 0,36%. Isso somada a forte oscilação nas atividades econômicas e de um longo regime hiperinflacionário que durou de 1979 a 1994, favorecendo para o acréscimo da pobreza. Pochmann (2004) lembram nomes como Celso Furtado e Caio Prado Junior, mostraram que o mapa da exclusão foi construído a partir de uma configuração geoeconômica do Brasil. Castro (1965) argumenta que este tipo de processo no Brasil foi aprofundado por um subproduto do desenvolvimento chamado subdesenvolvimento fenômeno este que comprometeu seriamente a coesão do país com graves consequências locais.

Em outro sentido, Campos (2004) reitera que a explosão da violência urbana combinada com a desigualdade, e forte índice de desemprego insere o Ceará na nova exclusão social antes mesmo de ter vencido a velha exclusão. Reverter este quadro – considerando a soma dos elementos acima - exige que se considere não somente a guisa do estímulo a produção, incentivos fiscais e a lógica industrial desta ou daquela região. Na prática, tudo apontou para efeito contrário à dinâmica das forças estruturais e fizeram as exclusões novas se misturarem com as antigas, fazendo com que a transversalidade do assunto alcançasse aos meios de acesso de bens e serviços básicos como o direito de trabalho e renda suficiente. Neste ponto, o direito de escolha do cidadão passou a ser minado e relegado à segunda instância favorecendo o fortalecimento da desigualdade social que condena milhares de pessoas o direito de levar a vida que julgue ser melhor.

Pois bem, o período estudado testemunhou a transição – desigual e combinada – do agir nas políticas públicas cearense, sobretudo no que diz respeito ao modelo de crescimento capitaneado por políticos que iam de coronéis a empresários, mas todos inclinados ao patrimonialismo que sempre caracterizou a forma de fazer política no Brasil. Tal período transitório ao alcançar o Ceará, realizou segundo Chacon (2007), um movimento de modernização do interior para a região metropolitana de Fortaleza – RMF – com foco na capital atravessando os governos de Virgílio Távora, César Carls, Adauto Bezerra, Gonzaga Mota, alcançando e influenciando diretamente o governo de Tasso Jereissate, *Lúcio Alcântara e dos irmãos Ciro e Cid Gomes*[grifo nosso] Segundo

a autora, este movimento revelou somente a capacidade de adaptação dos coronéis aos novos tempos apresentando profunda sensibilidade destes em repensar o clientelismo que apontaria para o surgimento da nova classe de coronéis: os empresários.

Ao fazer análise do modelo de modernização ocorrido no Ceará, principalmente nas últimas quatro décadas do Século XX, parece haver razão em afirmar que dificilmente se reproduzia ali os pressupostos levantados por Guerreiro Ramos (1966) apresentando os efeitos de uma sociedade efetivamente moderna que levasse em conta a existência de critérios racionais das relações entre os homens e suas organizações políticas e econômicas inclinadas, sobremaneira, na justiça como condição para o surgimento do desenvolvimento social e das liberdades básicas. A ausência dos pressupostos acima traz à tona as palavras de Chacon (2007) parafraseando Parente (2000) ao afirmar que o advento do “Governo das Mudanças” solapa, não os coronéis rurais, mas grupos representantes da modernização de um estado rural a caminho do urbano, portanto, um Estado efêmero.

1.1 A face industrial da Modernização

O processo de industrialização cearense ocorreu *pari passu* ao processo de modernização impulsionado quase sempre por planejamentos direcionados e crescimento econômico a qualquer custo. Esta política permitiu a transição seguindo Chacon (2007) das oligarquias “arcaicas” responsáveis pelo estiolamento do seu povo para as oligarquias empresárias, responsáveis pela reprodução do modelo anterior. Uma leitura rápida permitiria identificar semelhanças nas políticas executadas no estado como sendo em grande parte a reprodução do modelo militar, ou seja o Brasil do “Milagre Econômico” seguido por tentativas mal sucedidas como o Polonordeste, quase sempre copiados ao esmo e executados, quase sempre, por organismos de fomentos internacionais, sem observar as realidades locais.

Na década de 80, Pontes (2005) relata que os problemas macroeconômicos exigiram do governo federal maior atenção transferindo a responsabilidade de alocação das políticas de “desenvolvimento” para os governos estaduais. Justificava-se ali políticas como o Fundo de Desenvolvimento Industrial que dentre outras coisas tinha por objetivo a interiorização das atividades fabris. Entretanto, segundo Chacon (2007) parecia que os governos não encontravam razão para investir no sertão, sobretudo quando não propunha nenhuma política hídrica de combate a seca alegando que não

haveria ali espaço para a grande produção. Aquele espaço [o sertão] deviam ser destinados apenas o necessário para garantir a sub-existência do eleitorado. O resultado é o esquecimento de políticas voltadas ao sertão, de modo que este estado da arte vai se consolidando com a chegada ao poder dos empresários, mas desenhada por seus antecessores e continuada por seus sucessores.

Com o avanço do curso histórico o Ceará, se revelou nas palavras de Pontes (2005) um modelo de “desenvolvimento” centrado na industrialização cuja finalidade ainda consistia em dar resposta à política de regionalização da indústria. Para o autor houve uma profunda confusão entre o que seria crescimento e o que seria desenvolvimento. Prova disso foram as consequências do FDI, onde há geração de empregos a custos elevadíssimos podendo alcançar a cifra de R\$ 86.742,66. Na tabela 1, também se apresenta que para o período de 1995 a 2002, mais de R\$ 18 milhões foram investidos em cada indústria que aderiu ao modelo e que todo este esforço se deu para gerar [apenas] 73.964 novos postos de trabalho. Fatores extremamente concentradores de renda. Assim, o Ceará se deparou de frente com as consequências da modernização onde e não faltou quem recorresse à estratégia da industrialização como parte da filosofia concreta que pressupõe o homem como sendo um ser em situação. O estado se vislumbrava pelo caminho realizado pelo continente europeu dois Séculos antes, inclusive com suas consequências iniciais.

Neste tipo de cenário, Guerreiro Ramos (1966) afirma que se abrem os campos das possibilidades pautadas quase sempre em normas rígidas desembocando em generalizações como “o impulso para a industrialização jamais se interromperá na sociedade”. Estavam justificadas a idéia do desenvolvimento conduzido pelo crescimento econômico, cujo principal filão era chamado de industrialização, elemento segundo Guerreiro Ramos capaz de induzir o agente da mudança – no caso o político responsável por pensar e executar políticas públicas – e ao induzi-lo o põe de frente com um círculo vicioso cujas amarras exigem extremas habilidades.

1.2 A Face Pobre do Processo Moderno

As contribuições clássicas de Marx e Simmel apontam a pobreza como fruto direto do sistema capitalista, portanto, parte constituída pela sociedade moderna. Em consequência para Wacquant (2001), a adoção da compreensão da pobreza pelo critério da marginalidade de países como os Estados Unidos, Inglaterra e França, impôs a países

periféricos como o Brasil uma compreensão obsoleta sobre a questão de modo a esvaziar o debate político e enfraquecer ações concretas com medidas paliativas. Ao realizar uma análise e caracterização das mudanças e coesões sociais, Castel (1995) possibilitou reflexões sobre o trabalho como sendo não apenas uma condição técnica, mas um apoio importante de inserção e manutenção da estrutura social. O autor argumenta haver forte relação entre a ocupação do trabalho na divisão social e a participação das redes, inclusive as de proteção contra os riscos da existência humana.

Castel (1995) questiona que se a eficiência econômica e social da sociedade contemporânea depende da exclusão social de 10% a 30% da população, como pode haver condições de se falar de conjunto social? Esta realidade no Brasil, país tipificado pela comunidade internacional como emergente, essa porcentagem provavelmente é ainda mais elevada. Logo, o questionamento é inevitável: qual é a legitimação de uma sociedade democrática que invalida socialmente uma grande parte de sua população?

Mais recentemente Sen (2008) chamou a definição de Castel de utilitarista e até a classificou como *welfare-egalitarians*, ou daqueles que se baseia na igualdade do estado de bem-estar. Argúi que o nível de diversidade entre os seres humanos não permite advogar a centralidade de um determinado tipo de igualdade sem solapar outras igualdades. Mas, categoricamente ele afirma que a diversidade humana não é nenhuma dificuldade substantiva, apenas um aspecto central para a discussão da igualdade, esta deve ser baseada nas liberdades e capacidades de distinção entre o poder de realizar e a liberdade de decidir e exige num ancorada numa revisão do conceito de utilidade encontrada na economia moderna. Contudo, Castel (2005) busca refletir a situação moderna de vulnerabilidade social como sendo fruto da expansão de um espaço conjugado pela precariedade do trabalho e a fragilidade dos apoios institucionais. O autor defende que descrever a pobreza do ponto de vista econômico não é a questão essencial, pois a questão é de instabilidade dada a precariedade econômica que acarreta a instabilidade social. Para ele, a questão de pobreza, sub-tema das questões sociais, encontra-se no limite da coesão e da ruptura de uma sociedade dividida e incerta. Este é o ponto que marca a ligação entre a organização política e o sistema, que ele chama de econômico.

Os dois autores trabalham um ponto em comum, o das capacidades e utilidades. Castel (2005) argumenta que na estrutura social moderna é preciso observar que determinado nível da população nem se quer podem ser explorados pelo simples fato de não possuírem competências que possam ser valorizadas pelo tecido social e logo não

possuem representatividade sendo lançados na vala comum “dos inexistentes”. Um pouco acima dos indigentes, por assim dizer, se encontram os vagabundos, indivíduos que desprovidos das certezas sociais que são expostos ao individualismo negativo e acabam lhes provocando uma sensação de ausência, e mas, a falta de condições dignas de conquistá-los.

Sen (2008) argumenta sobre a perspectiva da capacidade diferenciada do conceito de “igualdade de oportunidade” afirmando que a idéia de capacidade está intimamente ligado ao conceito de oportunidade, pois se uma pessoa possui a capacidade de realizar aquilo que entende ser certo, ela carece de oportunidade para tal realização, mas igualdade de oportunidade requer outras associações. Se não veja: o primeiro ponto argumentado por Sen passa pela diversidade fundamental da raça humana e o segundo, por variáveis fundamentais como renda e riqueza, que não se enquadram na definição de igualdade e oportunidade. Unir estes dois raciocínios provoca uma equação interessante, a de que as oportunidades e capacidades argumentadas por Sen (2008) em última instância concorrem para a redução das incertezas sociais e dos individualismos negativos propostos por Castel. Logo os vulneráveis e os integrados fazem parte de um mesmo conjunto, cuja unidade é problemática. Para Tocqueville (1989), a pobreza é relativizada pela riqueza condicionada basicamente por questões econômicas e sociais que agem sobre a sociedade. Segundo ele pobres são aqueles que carecem suprir suas necessidades pela via de assistências individuais e coletivas.

A face moderna da pobreza segundo Telles (2011) é caracterizada pelo [i] desemprego formal [ii] deteriorização salarial e conseqüente [iii] empobrecimento da classe trabalhadora. Estas três fases foram agravadas por uma evolução geográfica responsável por produzir a figura do “bandido” “vadio” e o “malandro” estigmatizada na figura do não trabalhador. Nestes termos, mesmo a despeito da abrangência do debate, Rocha (2003) argumenta que, as análises atuais da pobreza no seu nível absoluto, devem adotar inicialmente critérios a partir da renda de modo a identificar quem são os pobres e estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias das pessoas. Esta tarefa não é simples. Para a autora, este processo ocorre sob uma profunda anulação da política pela proposta de gestão modernizadora que passava a classificar direitos sociais como custos, possibilitando a criação de vários enclaves sociais.

2 Metodologia

O presente trabalho se caracteriza por um estudo de caso único optando por pesquisa bibliográfica e exploratória. O trabalho além atender ao critério da coerência se dividi em dois momentos: (i) em primeiro lugar o levantamento histórico, seguida de pesquisa documental e outros materiais que se apresentavam com relativa importância dos dados, o que na prática representaria condensar os dados secundários e terciários referentes ao assunto, e (ii) segundo momento foi dedicado a composição dos levantamentos bibliográficos sobre o assunto onde foram analisados dados do governo estadual de 1962 a 2010, tendo sido intenso a busca por todo tipo de informação associadas a escolhas de modelos econômicos com bases política. Para tanto se estabeleceu alguns elementos norteadores como os que se apresentam a seguir: objetivo geral: descrever o processo de desenvolvimento cearense baseada na opção política da modernidade. E outros três específicos com intuito de [i] explorar as bases do desenvolvimento da modernização do estado do Ceará. [ii] descrever as consequências das Políticas Públicas adotadas no Estado [iii] explicar a relação entre a opção pela modernização e as consequências para o cidadão. Se estes objetivos forem alcançados então será possível responder o problema de pesquisa que visa compreender como ocorreu a modernização no Ceará nos últimos 50 anos.

3. Os Resultados das Escolhas

O argumento central de Santos (2002) revela que o resultado das escolhas pautadas na industrialização tem impacto direto nas relações vigentes, onde todas as propostas de análise de desigualdades realizadas no sistema se tornam inúteis. Portanto é necessário avançar para uma modelo de racionalidade mais atual que ele chama de modelo cosmopolita. Ao refletir sobre a possibilidade deste modelo vale reproduzir as palavras de Ménezáros (2000) onde se afirma que não se precisa da continuidade da mudança, mas da mudança significativa da continuidade.

Em comparação a expectativa de Santos, se tem um mundo de limitações, destruições e opressões desmedidas. Para Sen (2000) o que de fato ocorre é uma mistura de problemas novos com antigo, onde a persistência da fome e a violação das liberdades mais básicas são em grande medida, utilizadas como instrumentos de desigualdade entre a grande maioria dos povos. Após a reflexão paradigmática de Santos, Sen e Ménezáros lançou-se mão a um debate conceitual e introdutório sobre a pobreza a partir do vicioso ciclo da desigualdade como consequência de uma minguada proposta de planejamento.

Neste contexto, a desigualdade vivida no Ceará não deve ser avaliada somente pela insuficiência da renda, se assim fosse, bastava distribuir recursos e acabar com a situação de vulnerabilidade, o que não seria uma tarefa fácil, mas também não seria complexa. Neste ponto, vários estudiosos do assunto assumem que se isso fosse o principal problema a situação de fome já haveria sido solucionado. A comparação feita pelo autor afirma que mesmo havendo muita riqueza em uma determinada sociedade pode haver ali pessoas imensamente desfavorecidas e carentes de oportunidades básicas de acesso a serviço da saúde ou educação funcional gerando precárias condições econômicas e sócias.

A questão da pobreza parece uma discussão sem fim. Já no Século XIX, pensadores argumentaram que a pobreza era a grande questão social a ser enfrentada assumindo ainda não era um fato natural, mas algo confeccionado pelo sistema moderno. O que provocou uma ferrenha crítica realizada por Polany (2000) ao caracterizar a sociedade como parte do mercado auto-regulado por uma espécie de moinho satânico. O conceito de pobreza exposto neste trabalho parte do pressuposto que ela seja fruto de ações conjugadas do atual sistema financeiro. Para Sampaio (2011), o sistema age em duas frentes diante da pobreza: [i] visa atenuá-la e [ii] busca criminalizá-la. Isso ocorre, segundo o autor, por que a pobreza é um subproduto do sistema capitalista e, portanto, lhe servi numa espécie de termômetro indispensável para manter a ordem vigente. O autor encontra razão ainda para argumentar que os governos, principalmente os periféricos, alocam verbas, geralmente vindas dos impostos elevados, a programas sociais de modo a subsidiar a inserção de setores pobres no mercado de consumo sem, contudo, modificar a substância do processo. Isso segundo Sampaio, permite ao governo uma larga margem de manipulação política eleitoral frente a esses setores da população. Esta ideia é reforçada por Simmel (1998), pois vai adjetivar tal assistência como sendo a manutenção do *status quo* promovido por um conjunto social que não esta preocupado com a geração de oportunidades. Em outras palavras, Simmel argumenta que políticas sociais visam tão somente a ordem pública pela via que chama de mínimo social e não viabiliza direitos sociais aos pobres.

Em regiões subdesenvolvidas, a ideia de combate à pobreza, revelada por estudos contemporâneos, foi direcionada basicamente para assistências mínimas inclinadas a diminuir os impactos das estatísticas da extrema pobreza de modo a preservar a ordem social. Para Groulx (2008) a ação de pobreza foi propositadamente desqualificada pela administração pública no sentido de estigmatizar as diferenças

culturais das populações pobres. Isso se revela nas discussões que apontam para o intenso crescimento econômico no último século onde é tradicional aceitar o fato de reduzir a pobreza por meio da lei do “derrame”. No entanto, crescer economicamente não implica redistribuição e põe por terra à idéia do “derrame”, isso sob certa medida se aplica ao Brasil, a oitava economia do mundo, quando ranqueado pelo PIB, mas o quarto pior do mundo quando ranqueado pela distribuição de renda, ficando na frente somente de alguns países africanos.

3.1 Os impactos da Política Modernizante na Pobreza no Ceará

Com o passar do tempo o Ceará se revelou nas palavras de Pontes (2005) num modelo de desenvolvimento modernizante centrado na industrialização cuja finalidade consistia em dar resposta à política de regionalização por meio da indústria. Para o autor houve uma profunda confusão entre crescimento e desenvolvimento. Neste período foi criado o Fundo Desenvolvimento Industrial – FDI. Modelo que foi responsável por produção de empregos à custos elevadíssimos onde o investimento na geração de um único posto de trabalho poderia alcançar a cifra de R\$ 86.742,66. Na tabela 1, se apresenta para o período de 1995 a 2002, isenção de R\$ 18 milhões de reais como forma de atrair indústrias que aderisse ao modelo e que todo este esforço se deu para gerar [apenas] 73.964 novos postos de trabalho. Fator extremamente concentrador de renda.

Tabela 1 : Investimentos, Empregos e Empresas por Setor

Gênero	Empresas		Empregos		Investimentos	
	N	%	N	%	Valor	%
0	3	0,9	314	0,4	605.819,10	4,7
10	24	6,9	1.725	2,3	51.428,63	0,4
12	35	10,1	7.266	9,8	619.578,36	4,8
13	14	4,0	2.418	3,3	79.244,02	0,6
16	15	4,3	1.529	2,1	33.840,96	0,3
17	12	3,4	1.495	2,0	135.275,19	1,0
19	4	1,1	3.770	5,1	42.065,25	0,3
20	22	6,3	1.349	1,8	197.148,11	1,5
23	19	5,5	1.884	2,5	168.699,83	1,3
24	27	7,8	6.744	9,1	1.363.163,74	10,6
25	35	10,1	9.095	12,3	250.932,39	1,9

26	59	17,0	9.898	13,4	472.833,62	3,7
27	9	2,6	1.875	2,5	632.955,33	4,9
29	4	1,1	273	0,4	6.507.565,33	50,4
30	10	2,9	535	0,7	35.142,94	0,3
31	51	14,7	23.687	32,0	606.454,07	4,7
35	1	0,3	25	0,0	33.679,11	0,3
36	4	1,1	82	0,1	1.081.066,34	8,4
Total	348	100,0	73.964	100	12.916.892,32	100,0

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Ceará - SDE, 2003

Na Tabela 2, é possível identificar o grau de concentração do modelo proposto na Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, onde 60% das empresas se instalaram gerando apenas 52% dos empregos. Em contrapartida a região de Crateús, Nova Russas, Independência, receberam apenas 0,24% dos investimentos, mas geraram 5,55% dos empregos o que comparados a números absolutos podem não significar muito, entretanto se relativizados ao grau de investimentos da RMF mostram-se potencialmente relevante. Em outras palavras, a despeito dos indicadores apresentarem que os investimentos deveriam ser alocados no interior o governo continuava com a política de “modernização” da RMF o que confirmaria as palavras de Chacon (2007) ao apresentar o deslocamento do coronelismo do interior para a capital.

Tabela 2 : Concentração de Investimentos, Empregos e Empresas no Período de 1995 a 2001 em (%) alocados nas macro regiões referentes a empresas, emprego gerado e investimentos realizados.

Região	Empresas	Emprego	Investimento
RMF*	60,34	52,90	83,26
RA18 e 19**	12,07	7,24	3,87
RA 6***	2,87	2,55	3,65
RA 9****	6,90	10,22	2,26
RA 13*****	1,44	5,55	0,24
Outras Regiões	16,38	21,52	6,72

* Fortaleza, Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Eusébio, Maracanaú, Maranguape, Aquiraz, Guaiúba, Pacatuba e Itaitinga. ** Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha etc. *** Sobral, Massapê, Forquilha etc.

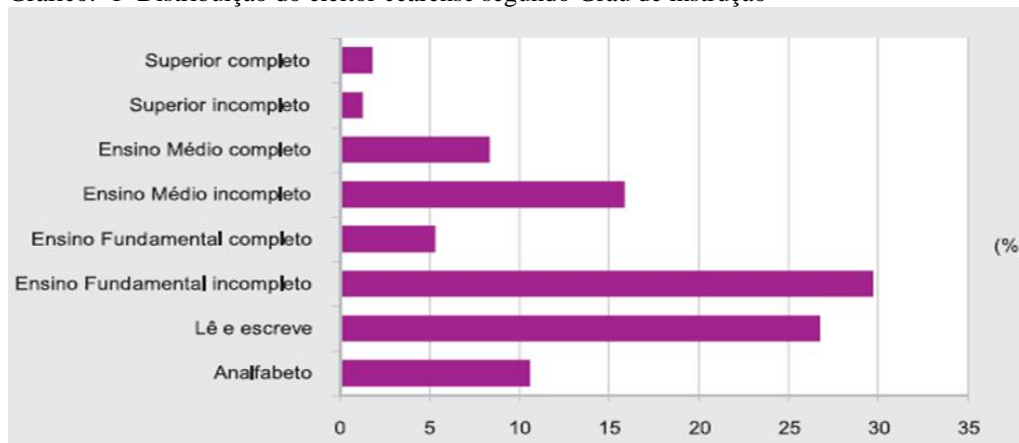
**** Cascavel, Horizonte, Pacajus etc. ***** Crateús, Nova Russas, Independência etc.

Fonte: Pontes, 2003

O modelo de desenvolvimento via industrialização parecia ser a única opção dos governantes nas décadas finais do Séc. XX. Esta postura foi adotada como sendo a saída para o estado “moderno” resignando a população a toda sorte de efeitos colaterais. Em alguma medida parece haver razão nas palavras de Rouanet (1934) quando afirmava que o projeto civilizatório da modernidade entrou em colapso e isso parece ter alcançado o projeto cearense. Para fundamentar este colapso, basta analisar alguns dados sobre o resultado do modelo proposto no Estado, pois a manutenção de uma política fundada no

coronelismo e para poucos é muitas vezes legitimada pela baixa escolaridade dos eleitores. Por uma razão muito simples: menor tempo de escola gera maior dependência. A evolução do grau de instrução dos eleitores cearenses reflete a afirmativa acima e é revelada no gráfico 1, a seguir.

Gráfico: 1 Distribuição do eleitor cearense segundo Grau de instrução



Fonte: TRE-CE/IPECE (2009)

Como se não fosse suficiente ter mais da metade do eleitorado em situação de nenhuma ou pouca escolaridade, conforme apresentado no gráfico acima, a tabela 3, apresenta um decréscimo no número de estabelecimentos de ensinos e salas de aulas ocorridas entre 2003 a 2008.

Tabela 3 – Evolução de estabelecimentos de ensino e sala de aula comparativos aos anos 2003/2008

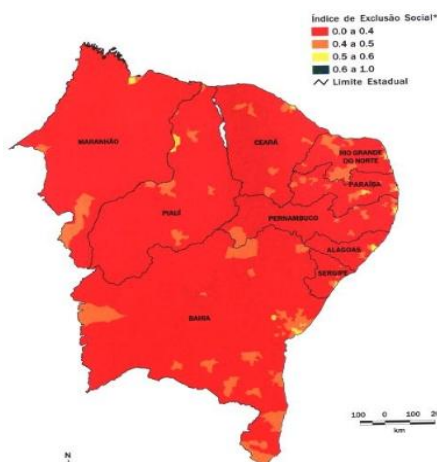
ESTABELECIMENTO DE ENSINO		Sala de Aula	
		Existente	
2003	2008	2003	2008
783	678	9937	7006

Fonte: elaboração própria de dados primários fornecidos pelo IPECE/2009

Em alguma medida poderia haver razão entre os críticos que argumentassem em favor da “modernidade” proposta no Ceará, mas nenhum deles ousaria em ter razão se imaginassem que a modernidade ora defendida provocasse a redução dos estabelecimentos escolares e salas de aulas, onde segundo o Anuário Estatístico 2009 [elaborado e divulgado pelo IPCE] o número de professores, para o período de foi reduzido de 23.381 para 16.964. O que conseqüentemente provocou redução das matrículas de 790.348 para 590.286. Em outras palavras o modelo modernizador cearense parece encontrar-se a disposição de outros tipos de preocupações que não o

social e o humano. Para efeito comparativo tomou-se o nordeste do país, A figura 3apresenta o mapa de exclusão da região nordeste e deixa claro o nível do desafio que se exige.

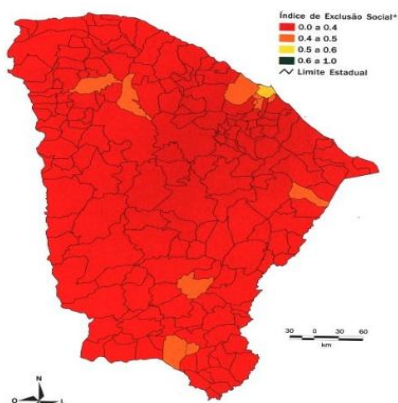
Figura 3 – Mapa da Exclusão Social no Nordeste



Fonte: Atlas de Exclusão Social, Pag 36.

A figura 3, apresenta que a região nordeste se mostra quase que na totalidade dentro da exclusão tradicional. Segundo Pochmann (2004) dos 2.290 municípios, 1.652 estão em condições de inferioridade. A razão de um número pelo outro possibilita afirmar que 72,1 % da região se encontra com o índice de exclusão social de até 0,4, o nível mais elevado de exclusão. Uma análise mais profunda permitiu Pochmann hierarquizar os Estados da Bahia com 369 municípios, Ceará com 174 municípios, Maranhão com 212, Paraíba com 109, Pernambuco com 168 e Piauí com 213, como sendo as unidades territoriais com maior grau de exclusão. Leitura idêntica pode ser realizada a partir do mapa de exclusão social do Ceará. No caso específico do Ceará - os municípios de Salitre, Graça e Croatá, são os três casos mais emblemáticos de exclusão.

Figura 4 – Mapa da Exclusão Social no Ceará



Fonte: Atlas da Exclusão Social, 37

Dando continuidade ao argumento, pesquisa recente publicada pelo Instituto de Pesquisas Econômicas do Ceará – IPECE, foi apresentado comparativamente ao Brasil a situação de domicílios cearenses dispostos a partir das faixas econômicas. Segundo o quadro 1, é possível afirmar que mais de 500 mil domicílios cearenses estão expostos à extrema pobreza, sendo que mais de 100 mil informaram não ter rendimento. Se somados as três faixas [sem rendimentos; aquelas que ganham até $\frac{1}{4}$ do salário e os que ganham até $\frac{1}{2}$ do salário] então têm-se um numero assustador de 53,66% ou 914.903 dos domicílios expostos a situações de vulnerabilidade socioeconômica. Em outras palavras, mais da metade dos domicílios do Estado possui renda de até $\frac{1}{2}$ salário para atender suas necessidades básicas. Uma informação importante surge na constatação de que 4,45% dos domicílios declararam não ter renda. O Instituto cearense admite duas possibilidades: ou eles sobrevivem da agricultura de sub-existência ou estão inseridos no mercado informal. Em contraste, na outra faixa têm-se um grupo de privilegiados que habitam 131.285 domicílios, representando 7,70% da população e que ganham entre 2 e 5 salários mínimos. Ainda segundo o Ipece o Ceará o numero de domicílios em situação de extrema pobreza corresponde a 9,85% do total nacional. Se os dados se referem a pobreza então o numero de domicílios chega a 6,12% do total nacional. Entretanto, para a faixa superior a cinco salários mínimos os dados cearenses revelam que somente 1,9% dos domicílios estão nesta faixa.

Quadro: 1 Domicílios por faixa de rendimentos comparados para o Brasil/Nordeste e Ceará.

	Brasil		Nordeste		Ceará	
	*N	(%)	*N	(%)	*N	(%)
Sem rendimentos (salário mínimo)	2.449.573	4.27%	847.922	5.68%	105.37	4.45%
Até 1/4 (salário mínimo)	5.252.767	9.16%	3.063.595	20.53%	515.628	21.80%
Mais 1/4 ^a 1/2 de salário mínimo	10.591.130	18.48%	4.005.405	26.84%	648.315	27.41%
Mais 1/2 a 1 de salário mínimo	16.441.266	28.68%	4.067.741	27.26%	659.736	27.89%
Mais 1 a 2 de salário mínimo	12.551.391	21.90%	1.701.424	11.40%	253.603	10.72%
Mais 2 a 3 de salário mínimo	4.025.026	7.02%	485.355	3.25%	69.758	2.95%
Mais 3 a 5 de salário mínimo	3.056.396	5.33%	383.956	2.57%	56.524	2.39%
Mais de 5 salário mínimo	2.939.438	5.13%	365.670	2.45%	55.797	2.36%
*N (Quantidade de domicílios)						

Fonte: Sinopse do Censo Demográfico do IBGE – 2010. Elaborado pelo IPECE

Esses números conduzem o Estado a uma situação de flagrante deteriorização levando Chacon (2007) a afirmar haver uma equidistância entre o Ceará da mídia e o Ceará real. A autora argumenta que o Ceará da mídia foi subsidiado por um avanço desordenado do crescimento econômico financiado na maioria das vezes por políticas de industrialização, guerra fiscal movida a isenções e subsídios governamentais, destinados a empresários atentos a condições hiper-vantajosas de mão-de-obra farta e

barata, porém com baixa qualificação, o que para Lemos (2004) são elementos constitutivos de baixos salários e principalmente depreciação das relações trabalhistas. Como se isso não fosse suficiente, além da indústria as políticas de investimento se consolidaram no setor turístico de característica urbanizadora e acima de tudo prejudicial ao tradicional modelo de produção agrícola existente no estado.

Conclusões

Inicialmente a leitura do processo de modernização no Ceará permite dialogar com Guerreiro Ramos no ponto em que o desenvolvimento da industrialização é um processo depurado de dogmatismo concentrando esforços apenas em soluções circunstanciais, onde o modelo modernizante a que se submeteu o estado do Ceará nos últimos tempos apenas foi capaz de expor o estado a uma situação deflagrada de dependência econômica, social e até política. A conclusão possível nas observações permite descrever como a modernização chegou ao Estado provocando situação de flagrante deteriorização sócio-econômica provocada, na sua maioria, por opções desastrosas, seja no seu planejamento, seja na sua execução reafirmando as palavras de Chacon (2007), quando aponta haver uma equidistância entre o Ceará da mídia e o Ceará real. Pode-se concluir que o modelo político ainda persiste nos dias atuais em que a modernização via crescimento econômico evidenciou-se nas agendas políticas de seus governadores. Elementos de políticas pontuais associadas ao clientelismo com vistas a projetos eleitorais particulares ditaram o ritmo das diversas gerações políticas do estado [inclusive o atual governo Cid].

Conclui-se ainda que o Ceará da mídia foi subsidiado por um avanço desordenado do crescimento econômico financiado na maioria das vezes por políticas de industrialização com base na guerra fiscal destinados a empresários atentos a condições hiper-vantajosas de mão-de-obra farta e barata, porém com baixa qualificação, com elementos constitutivos de baixos salários e principalmente depreciação das relações trabalhistas acentuados por investimentos na industrialização e no turismo que parecem merecer mais atenção especialmente se comparadas a ações quase simbólicas contra a sede e a fome.

Referências

BRASIL. **Brasil em Desenvolvimento: estado, planejamento e políticas públicas – sumário analítico**. IPEA. São Paulo, SP. 2009

BUARQUE, Sergio Holanda de, **Raízes do Brasil**: São Paulo, SP: Companhia das letras, 1995

CAMPOS, André. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**: dinâmicas e manifestações territoriais. 2. ed. v. 2, Cortez, 2004.

CEARÁ em Números V-1 – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE. Fortaleza, CE. 2009

Chacon, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

GROULX, Lionel-Henri. **Contribuições da pesquisa qualitativa à pesquisa social**. Petrópolis: Vozes, 2008.

GUERREIRO, Ramos **Administração e Estratégia do Desenvolvimento – Elementos de uma sociologia especial da Administração**: Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, RJ - 1966

LEMONS, J. S. **Mapa da exclusão social no Brasil**: Radiografia de um País Assimetricamente Pobre, Fortaleza, 2000.

MÉNZÁROS, István. **Para além do capital**: rua a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2002.

POCHMANN, Márcio. **Atlas da exclusão social**: a exclusão no mundo. Pouchmann et al. (Orgs.). v. 1, São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, Paulo Araújo. ALMEIDA, Manoel Bosco de, **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional no Brasil – Política de Atração de Investimentos industriais do Estado do Ceará no período de 1995 a 2001** Pag. 265 a 290[José Raimundo Carvalho e Klaus Hermanns, Org] Fundação Konrad Adenauer, Fortaleza, CE. 2005

Richasdson, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. Ed. 3º - São Paulo, SP Atlas. 2009

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**: afinal, de que se trata? Rio de Janeiro: FGV, 2003.

Rouanet, Sergio Paulo. **Mal-estar na Modernidade: ensaios** – São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2003

SAMPAIO, Plínio de Arruda: **A opção pelos Probres no Século XIX**: pobreza e classe social. Pedro A. Ribeiro (Org.). São Paulo: Paulinas, 2011.

SANTOS, Boa Ventura de Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Record, 2002

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Cia das Letras 2000.

_____, **Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Doninelli Mendes. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SIMMEL, Georg. **Les pauvres**. Paris: PUF, 2005.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Mémoire sur Le paupérisme**. In: Oeuvres complètes. Paris: Gallimard, 1989. Tome XVI Mélanges. [Original:1837]

WACQUANT, Loic. **Os condenados da cidade**: estudos sobre marginalidade avançada. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2001